

Senado analisa proposta de salário mínimo de R\$ 260

Aprovada ontem pela Câmara dos Deputados, a medida provisória que estipula em R\$ 260 o valor do salário mínimo pago desde 1º de maio será enviada à análise do Senado. Os deputados rejeitaram, por 266 votos a 167, com 6 abstenções, o valor de R\$ 275 proposto para o mínimo pela comissão que analisou a medida. Também foi rejeitado destaque do PSDB que determinava a retroatividade do reajuste a 1º de abril. O senador Paulo Paim lembrou ontem que a bancada do PT no Senado não fechou questão em torno da matéria.

Página 5

Nova Lei de Falências vai ao exame do Plenário

A Comissão de Justiça aprovou ontem a nova Lei de Falências, que será examinada agora pelo Plenário. O projeto substitutivo de Ramez Tebet foi recomendado pelo relator Fernando Bezerra, que destacou o incentivo à recuperação das empresas

Página 3



Fernando Bezerra (D) apresenta relatório, ao lado de Lobão, Tasso Jereissati e Antonio Carlos

José Cruz

Senadores investigam desastre ambiental

A contaminação das águas, o surgimento de crateras e o processo de desertificação no município mineiro de Vazante, onde se explora o zinco, serão observados por comissão de senadores.

Página 4

Uso de células-tronco é luz no fim do túnel, diz cientista

Uma revolução equivalente à descoberta dos antibióticos: assim Dráuzio Varella definiu a possibilidade de utilização terapêutica de células-tronco obtidas a partir de embriões congelados.

Página 8



J. Freitas

AUDIÊNCIA Junto com outros cientistas, Dráuzio Varella defende, em debate nas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, o uso terapêutico de células-tronco

Líderes decidem votar medidas provisórias que trancam a pauta

Reunidos no gabinete de Edison Lobão, os líderes do PSDB, PMDB, PT e PFL concordaram em votar, de hoje até terça-feira, as medidas provisórias que estão trancando a pauta do Senado.

Página 5



Márcia Kallme

ENTENDIMENTO No gabinete de Lobão (D), os líderes Arthur Virgílio, Renan Calheiros, Ideli Salvatti e José Agripino chegaram ontem a acordo sobre a pauta de votações



ELOGIOS Garibaldi destaca defesa, pelo ministro, do controle externo do Judiciário

Garibaldi congratula Supremo pela posse de Jobim

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) congratulou o Supremo Tribunal Federal (STF) pela posse, ontem, do ministro Nelson Jobim no cargo de presidente daquela instituição e da ministra Ellen Gracie como vice-presidente.

Ele lembrou a trajetória de Jobim desde o Rio Grande do Sul até sua atuação na Câmara dos Deputados como relator adjunto da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.

– Na Câmara, foi líder partidário e presidente da Comissão de Constituição e Justiça, relator da Comissão Especial do *impeachment* do presidente da República e também relator da revisão constitucional de 1993/1994. Ainda na política e na administração pública, foi ministro de Estado da Justiça, até ser nomeado para o STF – assinou Garibaldi.

O senador destacou a defesa, pelo ministro Nelson Jobim, de temas como o controle externo do Judiciário, a súmula vinculante e mecanismos impeditivos dos recursos, que eternizam os processos.

Agenda

Plenário pode votar MP da Cide hoje

O Plenário deve votar hoje, a partir das 10h, o projeto de conversão (PLV 35/04) originado de medida provisória (MP 178/04) que antecipa recursos obtidos por meio da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo, gás natural e álcool combustível e derivados. O texto, que tranca a pauta de votações, não foi votado ontem por falta de acordo entre as lideranças.



Agenda do presidente

O presidente do Senado, José Sarney, dirige, a partir das 11h, a ordem do dia em Plenário. Logo depois, às 11h30, Sarney recebe o embaixador Osvaldo Puccio, do Chile; às 12h, o governador Eduardo Braga, do Amazonas; e, às 12h30, Paulo Rocco, presidente do Sindicato Nacional de Editores de Livros.

Na CRE, envio de tropas ao Haiti e prisão de brasileiro em Cuba

Na reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE), às 10h, os senadores discutem ofício do ministro da Defesa sobre o envio de tropas brasileiras ao Haiti e requerimento solicitando que o governo se manifeste sobre a prisão de um brasileiro em Cuba e pela negativa do governo daquele país em dar informações à família do prisioneiro. Outro requerimento pede que seja enviado às autoridades israelenses apelo no sentido de resguardar a vida do físico nuclear Mordechai Vanunu.



CAE examina projeto de parceria público-privada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje, a partir das 10h, o projeto (PLC 10/04) que institui normas para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) na administração

pública. No mesmo horário, a Comissão Mista do Orçamento (CMO) vota requerimentos e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos.



Política antidrogas em discussão na CAS

O projeto (PLS 115/02) que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SINSUD) será discutido hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 10h. O texto prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, além de estabelecer normas para repressão à produção e ao tráfico.

CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado realiza hoje, a partir das 17h, reunião administrativa para votar requerimentos apresentados pelos parlamentares. A comissão investiga o envio ilegal de dólares ao exterior, especialmente os chamados paraísos fiscais, por meio de contas CC-5.

Esclarecimento

Para efeito de esclarecimento, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que o encontro realizado ontem entre senadores e representantes do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) não foi uma atividade programada pela Subcomissão do Cinema, presidida por ele.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



TECNOLOGIA Segundo Maguito, TV Rio Claro será a primeira emissora digital da região

Maguito destaca inauguração da TV Rio Claro em Jataí

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) cumprimentou a Organização Jaime Câmara por ter inaugurado, no dia 31, sua oitava emissora em Goiás, no município de Jataí, que comemorou, naquela data, 109 anos de emancipação política. A TV Rio Claro, afirmou o senador, será a primeira emissora de televisão totalmente digitalizada do Centro-Oeste, terá uma equipe formada por 21 profissionais e sua programação chegará a um público superior a 200 mil pessoas.

– Foi um dia memorável e histórico para a cidade de Jataí. Várias obras e outros benefícios foram entregues à população pelo prefeito Humberto Machado – disse Maguito.

Durante as comemorações, visitaram a cidade o ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, o governador Marconi Perillo (PSDB), o vice-governador Alcides Rodrigues, o ex-senador Iris Rezende, o deputado federal Leandro Vilela (PMDB-GO) e o deputado estadual Romilton Moraes (PMDB).

Rádio mostra a íntegra do último discurso de JK

A Rádio Senado apresenta hoje, às 8h30 e às 20h30, o programa especial *A despedida do senador JK*, para marcar os 40 anos do último discurso de Juscelino Kubitschek no Senado. O programa reproduzirá na íntegra o áudio do discurso feito por JK no Senado na noite de 3 de junho de 1964, quando ele denunciou que estava prestes a perder os direitos políticos sem poder se defender.

Novo conselho de direitos humanos é aprovado

A transformação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) é o que determina o projeto de lei acolhido ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na forma de substitutivo oferecido pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO). A proposta do relator visa assegurar “o equilíbrio e a independência do novo órgão”.

De acordo com o substitutivo ao projeto de iniciativa do governo (PLC 1/02), o conselho, que tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos mediante ações preventivas, de proteção, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos, pode atuar independentemente de provocação das pessoas ou coletividades ofendidas.

O colegiado, segundo a proposta, será composto pelo secretário especial dos Direitos Humanos, na qualidade de presidente, procurador-geral da República, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e, ainda, um integrante do Senado, um do Judiciário, um do Ministério das Relações Exteriores, um do Ministério da Justiça, um da Polícia Federal e um da Defensoria Pública da União.

Também deverão integrar o novo conselho um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça e nove de organizações da sociedade civil de abrangência nacional e com relevantes atividades relacionadas à defesa dos direitos humanos.

Doação de imóvel

A Comissão de Justiça aprovou ainda relatório do senador João Batista Motta (PMDB-ES), lido pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 4/03), de autoria do governo federal, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a doar imóvel de sua propriedade, situado na cidade de São Paulo, à União Brasileira de Escritores (UBE).

Lei de Falências vai ao Plenário

■ Projeto acolhido pela CCJ garante maior eficácia na recuperação de empresas, afirma o relator

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o relatório do senador Fernando Bezerra (PTBRN) favorável ao projeto de lei da Câmara que institui a nova Lei de Falências. O relator acolheu em seu parecer o substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), acrescentando oito emendas e acatando quatro sugestões de senadores, que não alteram a essência do texto. A matéria segue para exame do Plenário.

A análise na CCJ levou em conta questões de constituio-

nalidade e, durante a discussão, diversos senadores anunciaram que devem apresentar, em Plenário, emendas com relação ao mérito da matéria (PLC 71/03). Fernando Bezerra reconheceu o “excelente trabalho” realizado pelo relator na CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), com o objetivo de aperfeiçoar a proposta.

– O substitutivo garantirá maior eficácia no processo de recuperação e preservação de empresas, proporcionando maior proteção aos trabalhadores, aumentando a eficiência da liquidação de ativos no processo falimentar e as perspectivas de recebimento dos credores, possibilitando a redução do risco relacionado às empresas brasileiras e a expansão do crédito pela redução de seu custo e conferindo maior rigor na pu-

nição dos responsáveis por falências fraudulentas. Em última análise, contribuirá para o crescimento econômico do país – afirmou Bezerra.

O relator na CCJ fez alterações de redação e ajustes técnicos que serviram para deixar claras intenções manifestadas pela CAE no texto aprovado. Um deles elimina a dúvida de que os trabalhadores poderão participar da fase não-judicial do processo de habilitação de créditos perante o administrador judicial, antes de ter que buscar a Justiça do Trabalho. Dessa forma, o relator ofereceu emenda para que todos os créditos trabalhistas – e não apenas os superprioritários – garantam direito a voto nas assembleias gerais de credores.

Outro ajuste feito pelo senador explicita que a migração de

processos de concordata em andamento para a recuperação judicial implica a extinção do primeiro. Bezerra retirou ainda a necessidade de o devedor, na recuperação judicial, definir o enquadramento sindical dos empregados.

Entre as propostas oferecidas pelos senadores da CCJ, Bezerra acatou sugestões de Eduardo Suplicy (PT-SP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para que, além de contadores, economistas e engenheiros possam assinar laudos econômico-financeiros de empresas em recuperação judicial.

O relator também aceitou parcialmente duas emendas de Demostenes Torres (PFL-GO), acrescentando dispositivo relacionado à interrupção do prazo prescricional e ao fim do processo falimentar.



DEFINIÇÃO Alteração feita pela Comissão de Justiça elimina dúvidas quanto a direitos dos trabalhadores

CCJ acolhe mudanças no Código Tributário

Na reunião de ontem, os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também aprovaram, com modificações sugeridas pelo relator, senador Fernando Bezerra, o substitutivo ao projeto de lei complementar (PLC 70/03) que modifica o Código Tributário (Lei 5.172/66). O objetivo do projeto, já votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), é tornar possíveis alterações que a nova Lei de Falências estabelece. A proposta vai ao Plenário.

O relator alterou o substitutivo da CAE para que a indisponibilidade de bens do de-

vedor, em processos de execução fiscal, não atinja todo o seu patrimônio, mas tão-somente o valor necessário para a garantia do pagamento do crédito tributário. Ele também modificou dispositivo do substitutivo para evitar que o sócio adquirente de empresa, na falência ou na recuperação judicial, não seja tomado como suspeito.

Bezerra deixou de propor, entretanto, alteração para assegurar, no período normal de funcionamento da empresa, a prevalência da garantia real para o credor e não para o fisco, como havia anunciado à

imprensa. No caso de falência, a prerrogativa já está prevista no substitutivo da CAE. Segundo o relator, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, lhe assegurou que serão realizados estudos aprofundados e que, a depender das conclusões, poderá ser apresentado projeto contemplando as alterações.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) defendeu a aprovação de emenda de sua autoria nesse sentido. Por sugestão do presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), Jereissati deverá reapresentar a emenda quando da discussão da matéria em Plenário.

PEC dos vereadores deverá ser votada hoje

A pedido dos senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN) – os dois últimos líderes dos seus partidos –, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Edison Lobão (PFL-MA), adiou para hoje, a partir das 10h, a deliberação sobre a proposta de emenda constitucional (PEC 55/01) que reduz o número de vereadores e limita despesas com as câmaras municipais, já aprovada pela Câmara dos Deputados.

Logo no início da sessão, Antero de Barros apresentou uma série de questionamentos na tentativa de adiar a apreciação da matéria.

Depois de ouvir de Lobão que, se o texto da Câmara for alterado no Senado, mesmo por meio de emenda supressiva, a PEC terá que retornar àquela Casa, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) anunciou a retirada de emenda que tinha apresentado. A preocupação com o prazo para a aprovação da proposta de emenda também foi levantada pelos senadores Sibá Machado (PT-AC), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Arthur Virgílio, José Agripino e Ideli Salvatti (PT-SC).

Senadores fiscalizam área degradada por mineração

Exploração de zinco no município mineiro de Vazante tem contaminado a água e causado desertificação

A contaminação de um dos principais sistemas aquíferos brasileiros por metais pesados, a abertura de enormes crateras no solo – fenômeno geológico denominado dolinas – e o processo de desertificação na região do município mineiro de Vazante, onde há 68 concessões autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para exploração de zinco, serão investigados *in loco* pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) e pela Subcomissão de Extração Mineral.

O senador Aelton Freitas (PL-MG) solicitou ontem, na reunião do colegiado, que um grupo, composto por sete a oito



PREJUÍZO Segundo Aelton, danos ambientais já deixaram propriedades sem água

parlamentares, incluindo os outros dois senadores mineiros – Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Hélio Costa (PMDB-MG) –, realize a visita em julho. Ele justificou a pressa em razão da gravidade das denúncias encaminhadas por fazendeiros da região sobre os danos ambientais, que já deixaram algumas propriedades sem água e benfeitorias soterradas pelas dolinas.

– Há também denúncias de trabalho infantil no município. Temos que achar alguma forma de indenizar os fazendeiros e recuperar o meio ambiente – sustentou Aelton, lembrando que a queixa dos produtores está relacionada à atuação da Companhia Mineira de Metais (CMM), do grupo Votorantim.

Royalties

A Subcomissão de Extração Mineral deve formular projeto de lei para mudar a legislação que disciplina a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), espécie de *royalties* que as mineradoras pagam, na proporção média de 3% sobre o faturamento líquido, aos municípios onde se localizam as jazidas (65% do total de recursos), aos estados (23%) e à União (12%). A presidente da subcomissão, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), pretende construir uma proposta de alteração mais ampla da Cfem.

Tebet critica Ibama ao lembrar Dia Mundial do Meio Ambiente

Ao registrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, a ser comemorado no próximo sábado, dia 5, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o excesso de burocracia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na concessão de licenças estaria emperrando o crescimento do país. Mas reconheceu que a realidade ambiental no Brasil é de degradação da natureza e apontou a necessidade de um desenvolvimento sustentável.

De acordo com o senador, o Ibama deve ser ágil, para tranquilizar os empresários que esperam decisões do órgão para

fazer investimentos. A burocracia, assinalou Ramez Tebet, pode provocar perda de R\$ 28 bilhões em investimentos privados só nas áreas de transporte e energia.

Ele citou como exemplo de inoperância na gestão ambiental a paralisação do Projeto Pantanal, que espera a liberação de US\$ 82 milhões concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ramez Tebet lamentou que os brasileiros estejam usufruindo muito pouco da imensa riqueza do Brasil em termos de qualidade de vida. Conforme observou, o mundo teme que a Amazônia e o Pantanal este-



CRÍTICA Burocracia do órgão está provocando a perda de investimentos, afirma Tebet

jam ameaçados pela caça predatória, derrubada de florestas, queimadas e poluição dos rios.

Em apartes, participaram do debate sobre o Dia do Meio Ambiente os senadores José Jorge (PFL-PE), Sibá Machado (PT-AC), Papatéo Paes (PMDB-AP) e Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).

Desenvolvimento só é viável com proteção ambiental, diz Juvêncio

O presidente da Subcomissão de Meio Ambiente, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), manifestou da tribuna sua crença de que o desenvolvimento do país a partir de agora terá de andar “lado a lado com a questão do meio ambiente”. O senador agradeceu a indicação para a presidência do novo colegia-

do, instalado nesta semana no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Acompanhado da presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), Juvêncio fez ontem visita à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para tratar da votação dos projetos de interesse da área ambiental.



DIREÇÃO Juvêncio da Fonseca foi eleito presidente da Subcomissão de Meio Ambiente



GANHOS Fátima Cleide informa que entendimento beneficiará pequeno agricultor

Fátima anuncia acordo sobre zoneamento ecológico em RO

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) comunicou que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o governador de Rondônia, Ivo Cassol (PSDB), assinaram ontem acordo para adequar o zoneamento ecológico e econômico do estado à legislação federal. Conforme disse, a medida beneficiará milhares de agricultores, especialmente os pequenos, que atualmente têm dificuldades de acesso ao crédito nos bancos oficiais por não possuírem documento de averbação da

reserva legal.

A senadora informou que dispositivos da lei estadual do zoneamento, promulgada em 2000, estão embargados por ação judicial devido a contradições com o Código Florestal e a medida provisória (MP 2.166-67, de 2001) que o reformulou.

O acordo, que começou a ser negociado em 2002, estabelece que o governo de Rondônia encaminhará à Assembléia Legislativa proposta de mudança na lei estadual, fazendo voltar o índice da reserva legal a 80% da propriedade rural, conforme determina a MP. Já os produtores rurais que desmataram mais do que o permitido terão de recompor a reserva legal em apenas 50%, num prazo de 30 anos.

– Essa é uma boa notícia para este início da Semana Nacional do Meio Ambiente. Quero parabenizar a ministra Marina Silva, nossa companheira senadora, pela sua competência, determinação, paciência e tolerância. Como disse o senador Valdir Raupp durante a cerimônia da assinatura do acordo, a medida foi fruto de consenso em que ninguém perdeu – afirmou Fátima Cleide.

Iniciativa satisfaz interesses da população, afirma Valdir Raupp

O acordo entre a União, por meio da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o governador de Rondônia, Ivo Cassol, visando à adequação do zoneamento econômico e ecológico de Rondônia à legislação federal foi classificado como um avanço pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Segundo ele, a iniciativa satisfaz a bancada federal de Rondônia e o conjunto da população do estado, porque permitirá alavancar o agronegócio na região.

No acordo, explicou Valdir Raupp, foi estabelecida a redução da reserva legal, para fins de recomposição, para até 50% das propriedades rurais situadas nas áreas de floresta da Amazônia Legal, excluídas as áreas de preservação permanente.

Foi assegurado também o incentivo à manutenção e recuperação de reservas legais e áreas de preservação permanente em propriedades rurais, conciliando a função social e ambiental da propriedade



CERTEZA Segundo Raupp, Rondônia agora terá regras claras sobre o meio ambiente

com as necessidades de viabilidade econômica e qualidade de vida da população.

Lobby

Raupp recordou que subiu à tribuna inúmeras vezes para defender os produtores agrícolas contra o que chamava de “lobby de ambientalistas”, que “encontraram respaldo” na medida provisória (MP 2.166-67/01) que alterou alguns dispositivos do Código Florestal. Na opinião do parlamentar, o acordo assinado com o governo permite agora que Rondônia tenha regras claras sobre meio ambiente, “o que beneficiará a todos”.

Em aparte, os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Augusto Botelho (PDT-RR) parabenizaram o estado pela conquista obtida com o acordo.



VERGONHA João Alberto critica comportamento de militares norte-americanos

João Alberto analisa tortura praticada em prisão no Iraque

A tortura praticada por militares das forças armadas norte-americanas contra prisioneiros iraquianos recebeu ontem o repúdio do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que já havia se manifestado sobre a Guerra do Iraque em outubro de 2003, propondo o boicote aos produtos americanos.

– Não bastassem as descaradas mentiras utilizadas pelo presidente George Bush para invadir esse país, vêm a público agora as vergonhosas atitudes dos militares americanos que submetem os prisioneiros a torturas. Por si só, a tortura já revela a degradação da qualidade humana de quem pratica. O que está ocorrendo no Iraque é covardia inqualificável – afirmou.



VALORIZAÇÃO Malta quer regulamentar presença de religiosos em presídios

Malta elogia pastor que negociou fim de rebelião no Rio

O senador Magno Malta (PL-ES) homenageou ontem o pastor Marcos Pereira da Silva, da Assembléia de Deus dos Últimos Dias, que ajudou a negociar o fim da rebelião na Casa de Custódia de Benfica, no Rio de Janeiro, na última segunda-feira. “O pastor Marcos tinha sido proibido de visitar os presídios, mas foi aclamado pelo presos ao resolver o impasse”, relatou.

– Quero alertar para a necessidade de dar atenção e respeitar aqueles que têm sacerdócio. Até hoje não existe uma lei federal regulamentando a entrada de religiosos em presídios e hospitais para levar uma palavra de conforto. O investimento tem que ser no homem. Enquanto privilegiarmos o capital, vamos pagar o preço da violência.

Acordo garante votação de MPs que trancam a pauta

Entendimento prevê o exame do novo salário mínimo e da reforma do Judiciário a partir da próxima semana

Em reunião realizada na tarde de ontem no gabinete do senador Edison Lobão (PFL-MA), os líderes do PT, PFL, PMDB e PSDB, respectivamente, Ideli Salvatti (SC), José Agripino (RN), Renan Calheiros (AL) e Arthur Virgílio (AM), fecharam acordo para votar as medidas provisórias (MPs) que estão trancando a pauta do Senado. De acordo com Lobão, as matérias devem ser analisadas entre hoje e terça-feira, dia 8.

Após a liberação da pauta, informou Renan Calheiros, o Plenário votará o projeto relativo às parcerias público-privadas (PPP), a nova Lei de Falências, o reajuste do salário mínimo e a reforma do Judiciário. A proposta de emenda à Consti-

tuição que define o número de vereadores (PEC 55/01) será incluída entre as matérias que serão examinadas até o fim da próxima semana, assinalou.

Renan afirmou que no encontro de líderes ficou acertado que, posteriormente, será buscado entendimento sobre a Lei de Biossegurança e o projeto de preservação da Mata Atlântica, entre outros.

Cide

Pode ser votada hoje a medida provisória (MP 178/04) que determina ao governo federal que antecipe para os estados recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) toda vez que houver calamidade pública a ponto de destruir estradas. A Cide, conhecida como “imposto dos combustíveis”, foi criada para bancar a construção e recuperação de rodovias no país. Seus recursos devem ser divididos entre União, estados e municípios.

Os deputados fizeram pe-

quenas alterações na MP, transformada em projeto de conversão (PLV 35/04). O relator-revisor da matéria, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), disse acreditar que a medida será votada hoje “sem problemas”.

O PLV da Cide determina que a União repassará aos estados só a arrecadação prevista para o trimestre em que ocorrer a calamidade pública. Atualmente, no oitavo dia após o trimestre os estados e municípios recebem a transferência. Com a decretação de calamidade, o dinheiro do trimestre será liberado imediatamente. A Cide gera uma arrecadação de aproximadamente R\$ 8 bilhões por ano. Desse valor, os estados e municípios recebem 25% (cerca de R\$ 2 bilhões).

Outras três MPs também estão com prazo de votação no limite, e só poderão ser colocadas em votação após decisão sobre a medida que trata da Cide.



POTENCIAL Pavan enumera as qualidades do país para melhorar a economia

Pavan assume presidência da Subcomissão do Turismo

Ao informar o Plenário que vai assumir a presidência da Subcomissão do Turismo, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) anunciou sua intenção de trabalhar junto com os três níveis de governo, as empresas e os trabalhadores do setor para “dar um empurrão” nessa indústria, que pode promover o desenvolvimento social e econômico do Brasil, com a vantagem de ser uma atividade que não polui nem esgota os recursos naturais. A Subcomissão do Turismo foi criada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo Pavan, o país dispõe de um potencial turístico ímpar, além de relevante herança histórica e cultural. O turismo representa 4% do Produto Interno Bruto (PIB), mas pode multiplicar esse percentual com investimentos em aeroportos, rodovias, hotéis e restaurantes, segurança pública em cidades turísticas e profissionalização da mão-de-obra do setor.

Na qualidade de prefeito, por três vezes, do Balneário Camboriú (SC), Pavan ressaltou a relevância de o país investir na qualidade de vida dos profissionais do setor.

– Sei que o turista, especialmente estrangeiro, gosta de ser atendido por gente feliz, que o recebe com um sorriso sincero, e está interessado em servir com cortesia – comentou.

Como ex-prefeito, Pavan disse que criou a primeira universidade de turismo e hotelaria no Brasil e, como senador, apresentou dois projetos: o primeiro, de criação do valeshospedagem, para dinamizar o turismo; e o segundo, de mudança do calendário escolar, para ampliar as oportunidades de crianças e jovens fazerem turismo.

Paim adverte que senadores do PT não devem apoiar mínimo de R\$ 260

O senador Paulo Paim (PT-RS) advertiu que a bancada do seu partido no Senado não fechou questão em torno do valor proposto pelo governo para o salário mínimo. Ele revelou que, em reunião com a liderança do PT ontem de manhã, o número de senadores contrários ao mínimo de R\$ 260 aumentou para cinco.

O parlamentar gaúcho lembrou que, no governo passado, o presidente Fernando Henrique Cardoso enviou suas propostas de aumento do salário mínimo e o Congresso, por meio de um amplo entendimento, reajustou os valores previstos. “Até o momento, meus cálculos somam 53 votos contrários no Senado”, observou o senador.

Paulo Paim também disse ter sido surpreendido terça-feira, dia 1º, pelo acordo que resultou na correção da tabela do Imposto de Renda, concedendo desconto de R\$ 27,50 para quem ganha acima de R\$ 2.015.

– Se não temos dinheiro para o salário mínimo, como vamos garantir R\$ 27,50? Eu abro mão dos meus R\$ 27,50, não quero,

para que possam ser revertidos para o salário mínimo. O Tribunal Superior do Trabalho (TST), a partir deste mês, dará um aumento de R\$ 2.400 aos seus ministros. Para quem ganha salário mínimo não tem jeito, mas para quem ganha mais sempre há uma maneira. É inadmissível que não encontremos caminhos para um mínimo melhor. Vamos elevar o salário mínimo e corrigir o Imposto de Renda decentemente a partir de 1º de janeiro de 2005 – propôs.

Paim afirmou ainda não acreditar que um líder na Câmara dos Deputados tenha declarado que não se preocupassem, “que é só dar uns cargos e liberar uns recursos que passa qualquer salário mínimo aqui”. Para ele, a informação não é verdadeira, “é uma leviandade”.

O senador citou informação do senador Jefferson Péres (PDT-AM) segundo o qual a bancada do PDT decidiu construir uma alternativa que “seja boa para o governo e excelente para o Congresso”, mas que satisfaça especialmente o trabalhador.



DECISÃO Paulo Paim calcula que 53 senadores votarão contra valor proposto pelo governo

Câmara aprova MP do salário mínimo sem modificações

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto original da MP 182/04, que estipulou o valor de R\$ 260 para o salário mínimo a partir de 1º de maio. Os deputados rejeitaram, por 266 votos a 167 e 6 abstenções, o valor de R\$ 275 proposto para o salário mínimo no substitutivo da comissão mista que analisou o assunto.

Também foi rejeitado destaque que determinava a retroatividade do reajuste para 1º de abril. Assim, o valor de R\$ 260 continua valendo a partir de 1º maio. A proposta será encaminhada ao Senado.



Roosevelt Pinheiro

APLAUSO Heráclito Fortes diz que pela primeira vez um nordestino presidirá a Unale

Heráclito: piauiense vai dirigir união de legislativos

Pela primeira vez a União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), criada há oito anos, será presidida por um nordestino, afirmou ontem, em Plenário, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), ao comunicar a escolha do deputado Leal Júnior, do PFL do Piauí, para dirigir o colegiado.

De acordo com o senador, Leal Júnior foi eleito por unanimidade, num encontro que contou com representantes de todos os estados, além de várias delegações estrangeiras. O parlamentar informou que o secretário-geral da Unale será o deputado Cezar Colares, do PSDB do Pará.

Heráclito disse que um dos objetivos de Leal Júnior à frente do colegiado será o estreitamento das ligações entre os legislativos municipais e estaduais e o Congresso Nacional.

Ele mencionou ainda que, na "Carta de João Pessoa", aprovada no final do encontro, os deputados estaduais chamam a atenção para a importância de reforçar-se o poder de legislar das assembleias, que está sendo usurpado pela União.

– A Unale quer investir cada vez mais no fortalecimento de instrumentos de assessoria que permitam aos deputados estaduais encaminhar as principais questões de suas assembleias e de seus estados.

Para ACM, governo abusa das medidas provisórias

■ Senador observa que em 96% das sessões deliberativas do Senado, neste ano, houve exame de MPs

O número de medidas provisórias (MPs) editadas pelo governo Lula recebeu críticas do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "Para tão pouco tempo de governo, nunca se abusou tanto dessa maneira irregular de legislar", afirmou, observando que a imprensa brasileira já atestou que "o Executivo legisla mais do que o Congresso".

Conforme destacou ACM, o Congresso examinou, só este ano, 30 medidas provisórias. Das 37 sessões deliberativas realizadas pelo Senado, de janeiro até agora, 96% contaram



Roosevelt Pinheiro

AUMENTO Antonio Carlos também pede que mínimo chegue a pelo menos R\$ 275

com o exame de MPs, muitas das quais chegaram a sobrestar a pauta de deliberações de Casa por estarem com prazo de vigência vencido.

– Isso não pode continuar. Os presidentes das duas Casas do Congresso devem se dirigir ao presidente da República e mostrar que não se deve abusar das

medidas provisórias – afirmou.

O senador queixou-se de que proposições de sua autoria, "de interesse do povo e do país", estejam com tramitação paralisada em várias comissões. Ele mencionou, como exemplo, a proposta de emenda à Constituição relativa ao orçamento impositivo (PEC 22/00), medida que, na sua opinião, fortaleceria o Legislativo sem enfraquecer o Executivo.

Mínimo

Em relação ao salário mínimo, Antonio Carlos citou entrevistas concedidas à imprensa, entre 1995 e 2002, em que sugeria um piso equivalente a US\$ 100. "Se o mínimo não puder chegar a US\$ 100, que chegue a R\$ 275, conforme defende o PFL", disse, sustentando que os parlamentares têm obrigação de votar um salário decente para o trabalhador brasileiro.

Demostenes acusa ministro de reagir "com cinismo" ao escândalo da saúde

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) fez ontem severas críticas ao ministro da Saúde, Humberto Costa, e ao presidente Lula, pela maneira como o governo se posiciona frente à Operação Vampiro – investigação que revelou esquema de fraudes na venda de hemoderivados ao Ministério da Saúde. Para o parlamentar, Humberto Costa foi encarregado de reagir com "cinismo" aos desgastes provocados pela descoberta das fraudes.

Demostenes questionou a atuação do ministro, uma vez que ele teria recebido doação eleitoral da empresa Líber Conservação e Serviços Ltda., por ocasião de sua candidatura ao governo de Pernambuco em 2002. A Líber teria obtido pelo



Roosevelt Pinheiro

DÚVIDAS Para Demostenes, ministro não apresenta explicações convincentes

menos dois contratos com a Secretaria de Saúde do Recife durante a gestão de Costa.

O senador comentou a participação do ministro no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, na última segunda-feira. Segundo Demostenes, o ministro não teria dado respostas con-

vincentes sobre por que manteve, na presidência da Comissão de Licitação, Mário Machado da Silva, um "datilógrafo que ostenta injustificáveis sinais de riqueza, como mansão em Brasília e lancha de R\$ 700 mil". Outro fato inexplicável, continuou, seria a surpresa do ministro quanto à participação, no episódio, do ex-coordenador de assuntos logísticos Luiz Cláudio Gomes da Silva, que foi diretor da Secretaria de Saúde do Recife.

– Ele e o ministro são próximos. E são robustas as evidências de que Luiz Cláudio é um malandro conhecido no seu estado – afirmou Demostenes Torres. O senador observou que o PT pratica no governo tudo o que sempre condenou.



Gerardo Angelo

APOIO Maria do Carmo registra lançamento de livro sobre programa Saúde da Família

Maria do Carmo destaca ações de saúde em Sergipe

Aberta na última terça-feira, em Brasília, a Mostra Nacional de Saúde serviu, na noite de ontem, para o lançamento do livro *A Real-Idade do PSF: conversando com quem faz*, que traz um balanço dos dez anos de funcionamento do programa Saúde da Família em Sergipe. O registro foi feito pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que considerou "vitoriosa" a experiência lançada, em 1994, no município de Neópolis.

Segundo a senadora, essa conquista não pode ser atribuída apenas aos dirigentes da Secretaria Estadual de Saúde, mas, principalmente, à "disposição e capacidade dos diferentes profissionais de saúde em acreditar e nos fazer crer que o programa Saúde da Família seria a estratégia ou a saída para o enfrentamento dos principais problemas de saúde nesse estado e no Brasil".

Organizado pela enfermeira Maria de Fátima de Sousa e editado pelo Centro Brasileiro de Estudo em Saúde (Cebes), o livro faz uma avaliação dos dez anos do programa, visando detectar os acertos e erros, além de apontar caminhos para melhoria do Saúde da Família. Conforme Maria do Carmo, o programa trata de priorizar as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde.

Ana Júlia pede medidas para coibir a violência rural no Pará

Ao denunciar a grilagem de terras e a ação intimidadora de homens encapuzados no município de Anapu, região de Altamira (PA), a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) pediu ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, ações de reforma agrária naquela área. Ao governador Simão Ja-

tene (PSDB), ela solicitou que a polícia coíba as milícias armadas que estão atemorizando os moradores do município.

Ana Júlia relatou viagem da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra ao estado, para apurar irregularidades em Marabá e Altamira. Segundo a senadora, trabalha-

dores que foram depor na CPI tiveram suas casas rondadas por homens encapuzados em Anapu, onde há denúncias de conivência da própria polícia com os grileiros e suas milícias armadas.

De acordo com Ana Júlia, no Pará, um fazendeiro compra uma gleba e depois se apossa

de outro pedaço de terra do mesmo tamanho. Ao responder à fiscalização, ele pode comprovar ser legítimo proprietário, mas não de toda a área ocupada. Com esse expediente, disse, o estado é detentor do título nada honroso de campeão de grilagem de terras e de mortes no campo, afirmou.



Roosevelt Pinheiro

DESORDEM Ana Júlia afirma que estado é campeão em grilagem e mortes no campo



Gerardo Magela

RESULTADOS Papaléo:
governo anuncia intenções
que não consegue realizar

Papaléo pede que governo execute programas sociais

Em apelo dirigido ao governo federal, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pediu o descontingenciamento das verbas orçamentárias e a execução dos programas de governo, especialmente os sociais. Para ele, é imprescindível não colocar as necessidades de caixa acima da vida das pessoas.

Em 2004, observou o senador, o

governo contingenciou boa parte do orçamento para produzir um superávit de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e cumprir compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Conseguiu, mas o país parou, o desemprego aumentou e as promessas de resgate da pobreza ficaram, e continuam, no vazio, salientou.

– O Brasil precisa de resultados concretos, modestos ou grandiosos, mas verdadeiros – afirmou.

Papaléo advertiu que “o governo continua a anunciar intenções de realizar o que não realiza”. Na realidade, disse Papaléo, os recursos não são investidos, tanto que uma consulta ligeira na execução orçamentária revela que apenas os repasses

da Bolsa-Família têm alguma expressão, cerca de 30% do previsto para 2004.

O restante das ações, principalmente dos ministérios diretamente ligados à área social, não tiveram qualquer empenho ou pagamento, o que significa haver muita propaganda mas quase nenhuma ação efetiva, comentou.

Arns destaca MP que facilita repasse de recursos

O senador Flávio Arns (PT-PR) congratulou o governo, ontem, pela edição da Medida Provisória (MP) 190/04, que facilitará a transferência aos estados e municípios de recursos do orçamento destinados à assistência social. A MP desobriga aqueles entes da Federação de apresentarem a Certidão Negativa de Débitos (CND), a fim de se credenciar ao recebimento de verbas.

Uma vez que esse dinheiro é dirigido aos brasileiros mais necessitados, como deficientes e meninos e meninas de rua, o senador paranaense é de opinião que a eliminação da exigência burocrática é um passo importante para dar a essas pessoas a condição de cidadãos. O parlamentar lembrou que o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, vinha sendo pressionado por lideranças da área de serviço social e por congressistas para extinguir a obrigatoriedade da apresentação da CND.

– Sou crítico [do excesso] de MPs, mas essa é relevante – afirmou Flávio Arns. O senador petista observou que estados e municípios vinham demorando até um ano para ter acesso aos recursos. Ele lamentou que a MP tenha sido interpretada pela imprensa como uma medida eleitoreira.



Roosevelt Pinheiro

EQUÍVOCO Arns lamenta que medida tenha sido mal interpretada pela imprensa

Virgílio: PSDB não concorda com novas alíquotas do IR

■ Líder do partido diz que qualquer aumento na carga tributária vai prejudicar a classe média

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), avisou da tribuna que o seu partido não concorda com qualquer aumento da carga tributária “e muito menos com a criação de novas alíquotas do Imposto de Renda”. Ele afirmou que uma possível nova alíquota mais elevada, de 35%, “afetará muito a classe média, já tão sobrecarregada”.

Virgílio leu notícias publicadas pelos jornais de ontem, segundo as quais o governo concedeu “uma redução mínima” de até R\$ 27,50 na retenção do IR para quem está na menor faixa do imposto. Ao mesmo tempo, o Ministério da



Gerardo Magela

GREVISTAS Virgílio também critica o governo pela falta de diálogo com auditores fiscais

Fazenda informou que foram iniciados estudos para a criação das novas alíquotas, que seriam aplicadas só no ano que vem.

O líder do PSDB lamentou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha dito a parlamentares e empresários que o acompanharam à China que estaria mudando a geopolítica mundial e que Washington

teria “tremido” por causa de sua aproximação com os chineses.

– Alguém precisa dizer ao presidente que ele não está mudando nada em geopolítica e nem os norte-americanos tremeram com sua viagem – observou.

Virgílio considerou ainda “um insulto” ao Congresso a afirmação de um graduado integrante do governo que, ao comentar as dificuldades de aprovação do salário mínimo de R\$ 260 pelos deputados e senadores, teria dito que “bastariam algumas verbinhas” para sua aprovação.

– O Congresso Nacional não é vendinha e nem está a soldo do Executivo – reagiu.

Virgílio também criticou o governo pela falta de diálogo com os auditores fiscais da Receita Federal, que estão em greve, causando prejuízo ao pólo industrial de Manaus.



Roosevelt Pinheiro

DISCUSSÃO Antero quer rever norma que permite mais de um endosso em cheque de terceiro

clientes preferenciais, dentro do que permite a lei que criou a contribuição.

Na terça-feira (1º), continuou Antero, recebeu fax de Casseb informando que, desde segunda-feira, está suspenso o procedimento adotado para pagamento de compromissos com cheques de terceiros.

Antero cobra providências contra “sangria” da CPMF

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apelou às lideranças do governo federal para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tome medidas para aplicar com maior rigor a lei que criou a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), para impedir a “sangria” realizada pelos bancos que não cobram essa contribuição de clientes preferenciais.

Antero sugeriu a edição de medida provisória proibindo os bancos de permitirem mais de um endosso nos cheques de terceiros. Por esse mecanismo, explicou, estão escoando bilhões de reais em recursos da CPMF.

O senador anunciou que pe-

dirá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que realize um debate a respeito do tema. O parlamentar se referiu à denúncia por ele levada a Plenário, sexta-feira passada, sobre a sonegação de CPMF. Antero dissera ter recebido documentos mostrando que importantes bancos comerciais brasileiros, inclusive o Banco do Brasil, haviam baixado normas orientando seus gerentes a sonegar a contribuição.

Depois desse pronunciamento, contou o senador, foi procurado pelo presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, que lhe confirmou que os gerentes da instituição são orientados a facilitar o não pagamento da CPMF por parte de



Roosevelt Pinheiro

MELHORIA Duciomar garante que iniciativa não vai aumentar a carga tributária das empresas

Duciomar quer votar PEC que amplia poder de compra

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) pediu o apoio do governo e do Senado para acelerar o exame da proposta de emenda à Constituição de sua autoria (PEC 30/04) que prevê a destinação de 0,5% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para melhorar a remuneração dos trabalhadores das empresas contribuintes. O parlamentar considerou pertinente apresentar o pleito no momento em que a Câmara analisa a medida provisória que reajusta o salário mínimo para R\$ 260.

Duciomar sustentou que a iniciativa não aumenta a carga tributária nem prejudica os empresários que recolhem esse imposto. Ele garantiu também que o poder público não sofrerá prejuízos.

Segundo explicou, sua proposição foi uma resposta ao apelo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, sem condições de oferecer aumento maior ao salário mínimo, teria estimulado os agentes públicos a encontrar saídas para ampliar o poder de compra do trabalhador.

Duciomar comentou ainda a ida do ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, ao Pará, para participar da Feira Internacional de Turismo da Amazônia.

BIOSSEGURANÇA Projeto foi debatido ontem em audiência conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e de Educação. Para a maioria dos especialistas, a pesquisa com células-tronco é essencial ao tratamento de doenças genéticas

Cientistas defendem uso de células de embriões

A utilização para finalidades terapêuticas de células-tronco obtidas a partir de embriões congelados em clínicas de fertilização foi defendida ontem por cientistas, durante audiência conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE). A reunião foi convocada para debater o projeto da nova Lei de Biossegurança.

Muitos desses embriões, recordaram os expositores, acabam esquecidos pelos pais, seja porque eles já tiveram os filhos que desejavam, ou porque decidiram adotar uma criança. Como não podem ficar congelados para sempre, acabam descartados pelas clínicas, em

vez de abrir caminho para o tratamento de doenças genéticas como a degeneração de músculos em crianças.

– Será que podemos comparar a vida dessas crianças com um embrião congelado? Podemos negar a elas a esperança de uma vida longa? Sou a favor de clonagem terapêutica, pois vi milhares de crianças morrerem e, pela primeira vez, vemos uma luz no fim do túnel – afirmou Mayana Zatz, diretora do Centro de Estudos do Genoma Humano da Universidade de São Paulo (USP).

Para o professor Marco Antônio Zago, diretor científico do Hemocentro da USP em Ribeirão Preto (SP), é necessário fa-

zer a distinção entre a extração de células-tronco de adultos, que podem reparar somente alguns tipos de tecidos, e a de embriões, que têm poder para produzir todo tipo de tecido.

Revolução

O médico Dráuzio Varella lembrou que, apesar da proibição pelo Conselho Federal de Medicina do descarte de embriões congelados, não há controle dessa prática. Na sua opinião, a possibilidade de fazer com que células funcionem como “fábricas de tecidos” poderá representar para o século 21 uma revolução na medicina equivalente à descoberta dos antibióticos no século 20.

Os embriões congelados por

período maior que cinco anos nas clínicas de fertilização poderiam ser usados para a pesquisa, segundo sugestão da professora Patrícia Pranke, da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “Sempre após o consentimento dos pais”, observou. Ela propôs ainda a proibição da manipulação genética de embriões, da clonagem reprodutiva humana, da produção e comercialização de embriões.

O senador e médico Tião Viana (PT-AC) disse que o assunto é polêmico e deve ser tratado com todo o cuidado pelo Legislativo. Segundo ele, o Congresso poderia permitir o uso

de embriões que estejam congelados há mais de três anos em “condições específicas” e defendeu a criação de um comitê nacional de ética e pesquisa para as ciências da vida.

Posicionou-se contra a clonagem de células embrionárias o filósofo André Marcelo Soares, professor de Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). A seu ver, a pesquisa tem “propósito utilitarista e não percebe que a fecundação tem como fim o nascimento de um novo ser e não o de prover bancos de órgãos”. A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou a presença, na audiência, de quatro líderes partidários.



Fotos: J. Freitas

POLÊMICA Os presidentes da CAS, Lúcia Vânia, e da CE, Osmar Dias, conduzem debate com especialistas, como o médico Dráuzio Varella. As pesquisadoras Mayana Zatz, da USP, e Patrícia Pranke, da UFRGS, defendem o uso terapêutico de células-tronco. Para André Soares, professor da PUC-RJ, a pesquisa tem propósitos utilitaristas e deve ser proibida

Senadores elogiam debate e sugerem exame em separado para transgênicos

Os senadores elogiaram a clareza dos cientistas que debateram o uso de células-tronco na pesquisa contra doenças genéticas. Eles, em sua maioria, apoiaram o uso dessas células nas pesquisas científicas. Esses estudos são proibidos pelo projeto oriundo da Câmara (PLC 9/04), que institui a política de biossegurança.

As células-tronco estão presentes nos embriões e têm capacidade de se transformar em qualquer célula do corpo humano. Poderiam ser usadas em pesquisas de cura de doenças genéticas como diabetes e distrofia muscular. O uso das células em pesquisa foi defendido por quatro dos seis expositores presentes à reunião.

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) disse que raramente há reuniões tão esclarecedoras. Ele lembrou a importância de analisar a matéria com ética e destacou que, com essa votação, o Congresso estará “criando história”. Cristovam ressaltou que “seria um crime” votar um tema desses apenas de acordo com “as bases eleitorais” e afirmou que não há impedimento ético ou religioso para uso de células-tronco congeladas, desde que não tenham sido produzidas apenas para fim de pesquisa.

O senador Osmar Dias (PDT-PR), presidente da CE, defendeu a realização de audiências públicas para debater o projeto de biossegurança, conside-

rando a complexidade do assunto. Ele afirmou estar convencido de que o projeto precisa ser mudado, especialmente o artigo 5º, que veda a pesquisa com embriões.

Osmar Dias sugeriu ainda que os pontos do projeto que tratam da pesquisa com células-tronco sejam separados da parte que regula os transgênicos. Ele acredita que essa seria uma forma de agilizar a tramitação da matéria. Flávio Arns (PT-PR) também é favorável a essa separação. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse duvidar que “alguém que tenha contato com crianças com problemas genéticos possa ter dúvida sobre o caráter ético da pesquisa com células-tronco”.



Roosevelt Pinheiro

MOTIVAÇÃO Hélio Costa se disse convencido a apoiar pesquisa com embriões congelados

Hélio Costa quer MP para agilizar votação

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) sugeriu que o governo apresente medida provisória sobre as células-tronco para agilizar a votação da matéria. Durante audiência que debateu o assunto, Costa afir-

mou ser católico, mas disse que se viu convencido pelos expositores a se tornar favorável à pesquisa com embriões.

Segundo Augusto Botelho (PDT-RR), não há motivo para polêmica, pois acredita ser o uso de células-tronco semelhante ao transplante de órgãos, que já é autorizado pela legislação, observou. Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN) também se manifestaram a favor da investigação científica.

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) ressaltou que a permissão da pesquisa será uma boa oportunidade para o Brasil se mostrar um país maduro e lembrou a importância de se tratar com responsabilidade a matéria. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou ser possível tomar decisões importantes respeitando as crenças pessoais e sem ferir princípios.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim e Eduardo Siqueira Campos